

entre linhas

Ano XVI
Número 73
Mai-Jun-Jul-Ago 2016



Mala Direta Postal
Básica
9912323789/2013-DR/RS
CRPRS
CORREIOS



O USO DA INTERNET NA ATIVIDADE DO/A PSICÓLOGO/A

A psicoterapia à distância ainda não é permitida como prática profissional no Brasil. Há, no entanto, situações específicas e determinados tipos de serviços psicológicos que podem ser oferecidos e realizados pela internet. Saiba mais sobre como os/as psicólogos/as estão utilizando a internet em sua prática profissional.

Eleições 2016

Confira encarte especial com apresentação das propostas das chapas regionais.

Encarte Especial

Inclusão

A Lei da Inclusão e a atuação dos/das profissionais da Psicologia na educação.

pág. 17

Atendimento Domiciliar

Saiba se é possível realizar atendimento domiciliar.

pág. 27

É inegável o impacto que o uso da internet tem na atuação do/a psicólogo/a ao possibilitar inovações nas formas de divulgação do seu trabalho e nos serviços mediados por meios tecnológicos. Diante disso, o CRPRS propõe uma reflexão sobre essa relação, abordando o tema na reportagem principal desta edição do EntreLinhas. Além de orientar e esclarecer dúvidas da categoria, nosso objetivo é apresentar possibilidades de uso da tecnologia na prática profissional do/a psicólogo/a, considerando o caráter insubstituível do atendimento presencial para a Psicologia.

Outro tema em destaque nesta edição é a inclusão. A Lei 13.146, ou Lei da Inclusão, aprovada há aproximadamente um ano, determinou inúmeros deveres do Estado e da sociedade com relação às pessoas que convivem com alguma deficiência. Como a Psicologia, especialmente no âmbito educacional, está atendendo às demandas originadas por essa lei?

Encerrando sua atuação no CRPRS em setembro, a Gestão Mobilização apresenta ações que ganharam destaque nos últimos anos. Em agosto, teremos Eleições para o Sistema Conselhos de Psicologia e a sua participação é de extrema importância. Em encarte especial nesta edição, conheça as propostas das duas chapas que concorrem à gestão do CRPRS e saiba como será o processo eleitoral neste ano.

OUVIR...

O objetivo da **Ouvidoria do CRPRS** é ampliar as formas de comunicação dos/as psicólogos/as e da sociedade, estando aberta a sugestões, elogios, críticas e reclamações. Todos os contatos recebem o devido encaminhamento e retorno, sendo mantido o sigilo quando necessário.

PARA ATENDER VOCÊ

TELEFONE
Ligação gratuita **0800.002.0707**
de segunda a sexta-feira, das **9h às 13h**
e das **14h às 17h**.

E-MAIL
ouvidoria@crprs.org.br

CORRESPONDÊNCIA
Ouvidoria do CRPRS
Av. Protásio Alves, 2854/301 - Petrópolis
Porto Alegre/RS - CEP 90410-006

PESSOALMENTE
Na sede do CRPRS
Av. Protásio Alves, 2854/301 - Petrópolis
Porto Alegre/RS

Para mais informações
acesse crprs.org.br/ouvidoria

CRPRS CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão Editorial: Ana Paula Denis Ferraz, Caroline Martini Kraid Pereira, Leticia Giannechini e Luciane Engel.

Jornalista Responsável: Aline Victorino – Mtb 11602

Estagiária de Jornalismo:

Luana Casagrande

Redação: Aline Victorino e

Luana Casagrande

Relações Públicas:

Belisa Giorgis / CONRERP/4-3007

Nadia Miola / CONRERP/4-3008

Eventos: Adriana Burmann

Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede:

Av. Protásio Alves, 2854/301

Porto Alegre

CEP: 90410-006

Fone: (51) 3334-6799 | 0800.001.0707

crprs@crprs.org.br

Subsede Serra:

Rua Coronel Flores, 749/505

Caxias do Sul

CEP: 95034-060

Fone: (54) 3223-7848

caxias@crprs.org.br

Subsede Sul:

Rua Barão de Santa Tecla, 583/406

Pelotas

CEP 96010-140

Fone: (53) 3227-4197

pelotas@crprs.org.br

Subsede Centro-Oeste:

Rua Mal. Floriano Peixoto, 1709/401

Santa Maria

CEP: 97015-373

Fone: (55) 3219-5299

santamaria@crprs.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação:

Tavane Reichert Machado

Ilustrações: Ivone Bins

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 16.000 exemplares

Distribuição gratuita

www.crprs.org.br

twitter.com/crprs

facebook.com/conselhopsicologiar

youtube.com/crprs

Sumário

04	FIQUE ATENTO	15	ARTIGO	20	ESPECIAL
05	REPORTAGEM PRINCIPAL		<i>A importância da participação na efetivação das políticas públicas</i>		<i>Gestão Mobilização</i>
	<i>O uso da internet na atividade do/a Psicólogo/a</i>	17	REPORTAGEM	26	CREPOP
	<i>Novas possibilidades</i>		<i>A Lei da Inclusão e a atuação dos/das profissionais da Psicologia na educação</i>		<i>Controle Social</i>
	<i>Divulgação de serviços pela internet</i>	19	RELATO DE EXPERIÊNCIA	27	ORIENTAÇÃO
	<i>Cada tempo com a presença que precisa</i>		<i>Psicologia, Dança e Câncer: da pesquisa à prática em um ensaio</i>		<i>É possível realizar atendimento domiciliar?</i>
				28	AGENDA

crprs.org.br

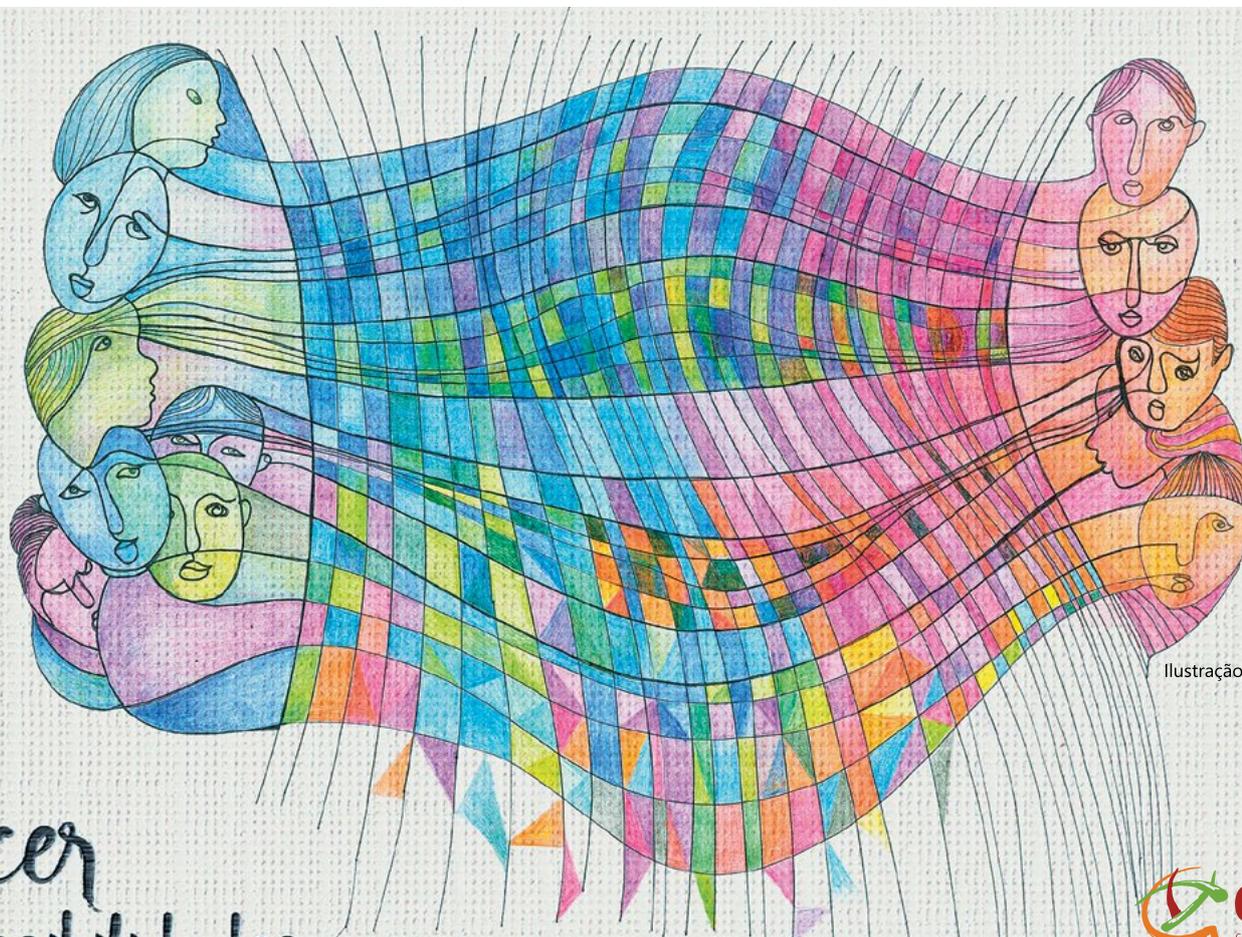


Ilustração: Ivone Bins

Tecer
Possibilidades

27 de Agosto
Dia do/a Psicólogo/a



Nossa força está no diálogo.
Nossa mobilização, em qualquer lugar.

fique atento

Concessão de apoio ou patrocínio a eventos

→ O CRPRS prepara-se para lançar novo edital para concessão de apoio ou patrocínio a eventos que serão realizados em 2017. O prazo para recebimento de propostas será divulgado em breve no site crprs.org.br. Em 2016, o Conselho lançou edital para eventos realizados de agosto a dezembro. Seis projetos foram aprovados.

 Acesse crprs.org.br/editais e saiba mais.

Novo Ato Médico

→ O CRPRS é contrário ao Projeto de Lei do Senado 350/2014, também conhecido como Novo Ato Médico. O projeto ratifica a hierarquia histórica dos médicos sobre outros profissionais da área da saúde e ameaça a valorização e a autonomia de mais de 300 mil profissionais só no Rio Grande do Sul. Participe da Consulta Pública lançada pelo Senado votando contra a proposta e em defesa da saúde multiprofissional.

 Acesse http://bit.ly/consulta_novo_ato_medico.

Movimento de ocupação das escolas

→ O Conselho Regional de Psicologia apoiou o movimento de ocupação das escolas públicas realizado por estudantes e está atento a possíveis violações de direitos cometidas pelo Estado ao tentar reprimir essas mobilizações. Para o CRPRS, a Psicologia deve incentivar o protagonismo dos estudantes na luta por melhorias em suas escolas. Em maio, representantes do Conselho uniram-se aos estudantes que realizavam movimento de ocupação no Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza, em Caxias do Sul. Em junho, representantes do Rio Grande do Sul eleitos/as para o 9º Congresso Nacional da Psicologia apresentaram moção de repúdio ao estado de violência instaurado pelo Governo Estadual do RS, referente a esse movimento de ocupação.

 A moção foi aprovada pelo plenário do 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e está disponível em http://bit.ly/mocao_ocupacoes.

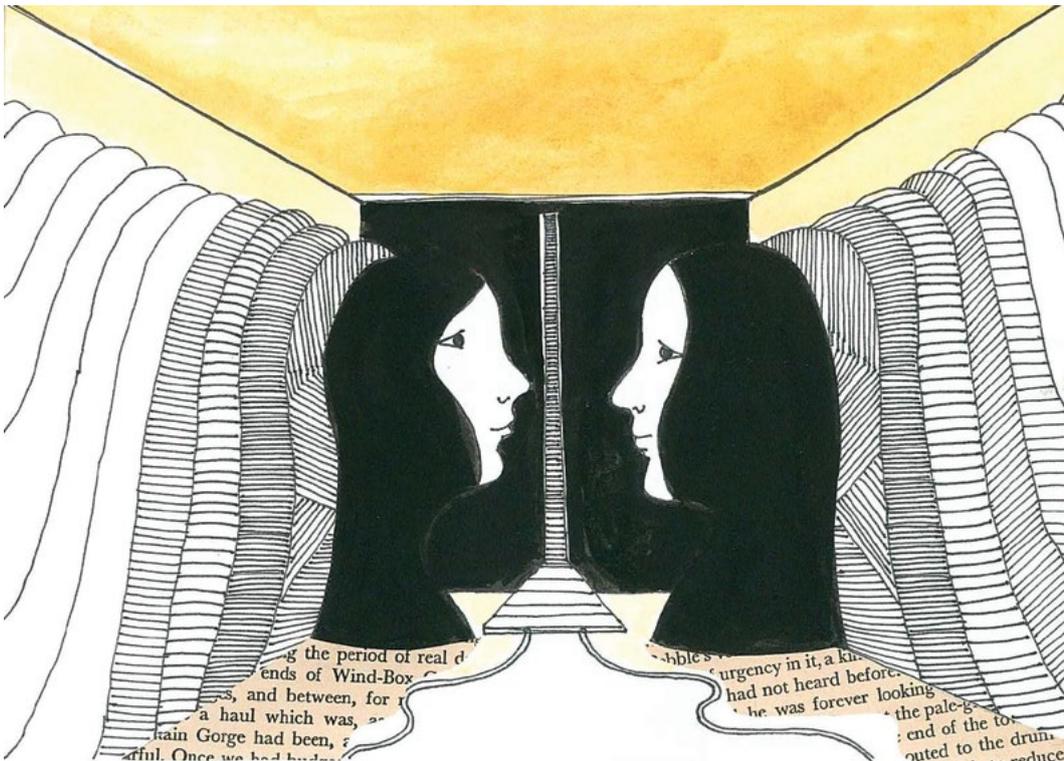
Manifesto contra a cultura do estupro

→ Assumindo o compromisso social de promover discursos alternativos que questionem a ordem dominante e opressora, o CRPRS publicou manifesto que defende a identificação e a desconstrução de estruturas sociais e práticas pessoais e profissionais que sustentam o machismo, o sexismo e a cultura do estupro.



Acesse <http://bit.ly/contraculturaestupro> e confira manifesto.

O uso da internet na atividade do/a Psicólogo/a

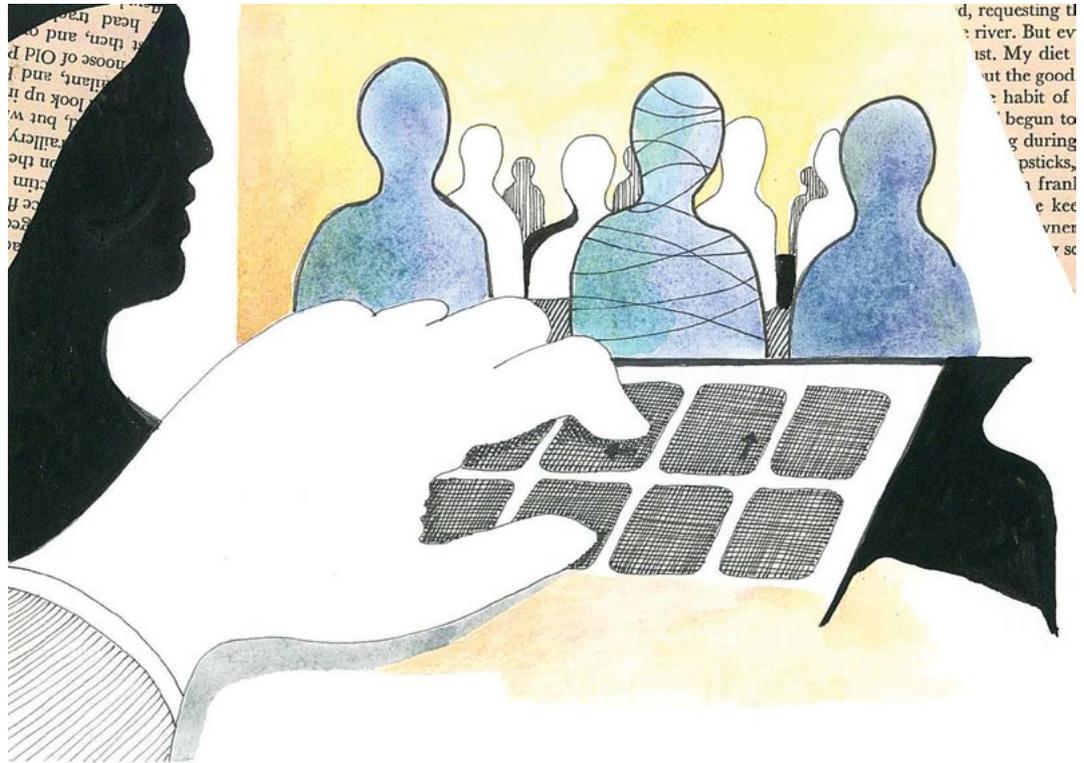


Diferentemente de algumas outras áreas de atuação profissional em que os serviços foram totalmente reinventados com o desenvolvimento de novas tecnologias, a Psicologia – enquanto profissão regulamentada – não pôde atender por completo ao apelo da prestação de serviços online. “Como a subjetividade é peça-chave nos serviços psicológicos, sendo expressa por diferentes recursos de linguagem, como signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais, e não somente pela palavra, é provável que, em muitos

casos, a clínica tradicional não possa jamais ser substituída por atendimentos virtuais. Questões graves de sofrimento psíquico exigem acompanhamento presencial e sistemático do/a profissional psicólogo/a”, é o que acredita a psicóloga fiscal do CRPRS **Flávia Cardozo de Mattos**.

Devido a isso, a psicoterapia à distância não é permitida como prática profissional no Brasil. Há, no entanto, situações específicas e determinados tipos de serviços psicológicos que podem ser oferecidos e realizados pela

Flávia Cardozo de Mattos – Psicóloga fiscal do CRPRS, especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Social.



internet, conforme regulamentado pela Resolução do CFP nº 011/2012. Orientações psicológicas pontuais; processos prévios de seleção de pessoal; aplicação de testes específicos para esse meio e devidamente regulamentados; supervisão do trabalho de psicólogos/as de forma eventual ou complementar; atendimento eventual de clientes em trânsito ou momentaneamente impedidos de comparecer ao atendimento presencial são alguns dos serviços permitidos. “O atendimento pela internet tem características próprias, é destinado a questões pontuais e objetivas no campo da Psicologia. Deve ser breve, informativo, limitado e depende de indicação técnica do/a profissional”, explica Flávia. Questões que exijam acompanhamento

psicológico sistemático não estão contempladas pela Resolução, que veda claramente os atendimentos psicoterapêuticos online. “Na psicoterapia, o/a psicólogo/a acompanha aspectos psicodinâmicos de seu paciente de modo global, pensando diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento individual, enquanto no atendimento online ele se atém ao esclarecimento de dúvidas precisas que recaem no campo do saber da Psicologia”.

O/A psicólogo/a pode, ainda, realizar pela internet a supervisão de trabalho de outros/as psicólogos/as ou atender, de forma eventual e complementar, clientes em trânsito ou que se encontrem temporariamente impossibilitados de comparecer a um atendimento presencial.

Para poder realizar o atendimento online, o/a psicólogo/a deve credenciar o site em que irá oferecer e prestar esse tipo de serviço. Será considerada falta ética, conforme o disposto no Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a, manter serviços psicológicos regulares por meios tecnológicos de comunicação à distância sem o devido cadastramento do site. A Área Técnica do CRP destaca que os sites pessoais, profissionais, institucionais que sejam somente de divulgações de serviços presenciais não necessitam de cadastramento.

O site cadastrado deve ser exclusivo para a oferta dos serviços psicológicos na internet e deve ter registro de domínio próprio mantido no Brasil e de acordo com a legislação brasileira para este fim. No site, deve estar visível o nome e número de registro do/a psicólogo/a responsável técnico/a pelo atendimento e de todos os/as demais profissionais que forem prestar serviços por meio do site; a informação de que são permitidos, no máximo, 20 atendimentos à distância; além dos links para o Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a, para a **Resolução do CFP nº 011/2012** e para os sites dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia. O site cadastrado não poderá conter nenhum outro link ou conteúdo além desses. Após avaliação favorável do CRP e o devido credenciamento pelo CFP, a permissão de funcionamento do site tem

duração de três anos, renováveis por igual período. Durante esse prazo, o/a psicólogo/a é obrigado/a a comunicar ao CRP sempre que houver qualquer alteração de conteúdo no site.

A psicóloga **Greice Quelle da Costa** viu no atendimento pela internet uma possibilidade de atuação profissional. “Depois de muito pesquisar sobre o assunto e certificar-me de que tudo estava de acordo com o Código de Ética, percebi que seria uma alternativa interessante”. Para Greice, há muitos casos em que o/a psicólogo/a pode auxiliar de maneira simples e focada, atendendo a demandas específicas e pontuais, que não necessitam de intervenções complexas. A psicóloga ressalta, no entanto, a necessidade de estar atenta para identificar quando é necessário encaminhar o paciente para uma psicoterapia. “Por seguir a psicanálise como linha teórica, acabo identificando questões que vão muito além daquilo que o paciente traz e que precisam ser aprofundadas. É preciso entender a necessidade de cada paciente e respeitar essas diferenças”, explica Greice, que observa ainda muita resistência por parte de alguns/algumas colegas em aceitar essa forma de atendimento.

Ao perceber a dificuldade de algumas pessoas encontrarem psicólogos/as em suas cidades, a psicóloga **Monique Tassinari** decidiu investir no atendimento online, motivada também pela facilidade desse tipo de atendimento, que pode ser feito em casa

Greice Quelle da Costa – Psicóloga, responsável pelo site psicoescolha.com.

Monique Tassinari – Psicóloga, responsável pelo site psicologamonique.com.



SAIBA MAIS:

Acesse a Cartilha do Sistema de Cadastro de Sites do CFP <http://cadastro.site.cfp.org.br/docs/cartilha.pdf>

Em março de 2016, a Comissão de Orientação e Fiscalização promoveu encontro na sede do CRPRS para orientar psicólogos/as sobre o uso da internet em sua prática profissional. Acesse <http://bit.ly/1YuQpzZ> e saiba mais.

e sem a necessidade de sublocar um espaço específico. As principais demandas atendidas por Monique estão relacionadas a dúvidas de diagnósticos, orientações sobre o profissional a ser buscado e orientações vocacionais. A psicóloga relata que as principais dificuldades encontradas para realizar esse trabalho estão relacionadas à própria tecnologia. “Em algumas situações, a internet do paciente ou a minha acaba caindo e interrompendo a consulta”. Outra dificuldade constatada pela profissional é a pouca opção de instrumentos que possam ser utilizados nesse tipo de atendimento. Para a psicóloga, o atendimento online não dá conta de casos de fobias específicas, como o medo de andar de elevador, por exemplo. “Acredito que esse trabalho tem melhor retorno com técnicas específicas, necessitando que o psicólogo acompanhe o paciente em diferentes ambientes”. Monique percebe um crescimento na demanda do uso da internet na atividade do/a psicólogo/a para encaminhar materiais de apoio das consultas presenciais ou para o contato com pacientes impossibilitados de comparecer ao consultório.

Os sites credenciados pelo Sistema Conselhos possuem um selo de garantia e estão listados nos sites do CRPRS (crprs.org.br/sitescredenciados) e CFP (cadastro.site.cfp.org.br). “O selo é uma forma de a sociedade em geral verificar se o site está de acordo com a regulamentação e de atestar que o ser-

viço é fornecido por um/a psicólogo/a regularmente inscrito/a no Conselho”, explica a psicóloga fiscal Flávia Cardoso de Mattos. Para conferir a autenticidade do selo, ao clicar sobre a imagem da permissão de funcionamento, o usuário é direcionado para a página do CFP, onde consta o status do site e o período de validade do cadastro.

A interação pela internet exige também cuidados com relação à vulnerabilidade da preservação do sigilo. As informações trocadas nos atendimentos online são extremamente sigilosas, sendo que somente o/a psicólogo/a responsável deve ter acesso a elas. “Devido à vulnerabilidade do meio eletrônico, o sigilo e a confidencialidade previstos pelo Código de Ética podem ficar comprometidos na modalidade de atendimentos online, uma vez que sua preservação depende de cuidados não apenas do profissional, mas também do paciente”, ressalta Flávia. Como forma de garantir o sigilo, o/a profissional deve orientar seus pacientes que não utilizem computadores públicos e que, após cada sessão, o paciente exclua o histórico de conversações. Outro cuidado que os/as psicólogos/as devem ter é com postagens, fotos e comentários feitos em redes sociais, até mesmo em páginas e perfis pessoais. “A confidencialidade da relação do/a psicólogo/a com seu paciente deve ser preservada, respeitando-se, sempre, o que está estabelecido no Código de Ética”.



Novas possibilidades

Para o psicólogo **Ricardo Wainer**, o uso da internet pela Psicologia vem ampliando-se significativamente. “A Psicologia do Trabalho e das Organizações utiliza a internet para pesquisas de clima organizacional e para treinamentos específicos. Também é comum – não tanto ainda no Brasil – a utilização da internet para supervisões clínicas, permite que o psicoterapeuta possa supervisionar casos complexos com os melhores especialistas mundiais naquele tipo de dificuldade do paciente”. Ricardo acredita que a área do ensino da Psicologia foi a mais impactada pela internet, permitindo o crescimento

exponencial de novas metodologias e formas de acesso ao conhecimento. “Profissionais que por questões de localização e/ou escassez de recursos ficavam desatualizados ou limitados para exercer com maestria suas atividades profissionais hoje podem superar, com certa facilidade, essas barreiras”. É importante lembrar que a graduação presencial em Psicologia não é substituível e que os estudos de pós-graduação dependem de uma formação com bases sólidas para garantir a qualidade dos serviços e os princípios fundamentais que embasam a Psicologia enquanto ciência e profissão.

Ricardo Wainer – Psicólogo, Doutor em Psicologia, Especialista em Terapia do Esquema pela ISST (International Society of Schema Therapy), professor da PUCRS, pesquisador em Ciências Cognitivas e diretor da Wainer Psicologia Cognitiva.

A Teoria Cognitiva, que fundamenta as Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais, vem promovendo estudos para determinar como os modernos recursos tecnológicos podem afetar o modo de processar informações. Conforme Ricardo, esses estudos identificaram alguns fenômenos novos na cognição humana, como a diminuição de níveis de elaborações sobre novos conhecimentos em detrimento de um processamento mais superficial, mas de maior número de fontes de dados. “Ou seja, se antes se pensava e repensava sobre um novo assunto, hoje a tendência é ter um maior conhecimento geral, mas bem menos profundo e elaborado. Além disso, há uma clara diminuição na preocupação em adquirir conhecimentos históricos do campo de saber em questão, pois numa rápida pesquisa no Google posso ter acesso a isto de forma quase imediata. Em termos humanos, tais fenômenos podem ser percebidos por um interesse muito menos acentuado em conhecer mais sobre a história das pessoas com quem se faz conexões, sendo a informação obtida através das redes sociais considerada suficiente”.

Mesmo com a evolução do uso da internet na atividade do/a psicólogo/a, Ricardo destaca que ainda é preciso trabalhar em novas alternativas. “Essas novas possibilidades geram a necessidade de se avaliar possíveis desfechos das práticas que ante-

riormente eram exercidas somente de forma presencial”, acredita. Para ele, os serviços psicológicos precisam se adaptar aos novos tempos. “Se na psicoterapia o acesso da díade terapêutica se dava exclusivamente na consulta e, muito esporadicamente através de telefone, na atualidade recursos como WhatsApp, Facebook e outras mídias digitais permitem uma comunicação e um acesso quase ininterrupto, o que é diferente de atendimento. Negar esses acessos não é mais implementável”. O psicólogo acredita que a evolução dos recursos tecnológicos permitirá essa evolução, por meio do avanço de Realidades Virtuais, Realidades Aumentadas e de formas de oferecimento de percepções táteis pelos meios digitais. “Enquanto isso não ocorre, vejo como impossível a substituição completa do contato humano pelo relacionamento à distância. Se uma das maiores fontes de vulnerabilidade para os transtornos mentais e para o sofrimento psíquico reside no sentimento de solidão, fica difícil acreditar que o contato virtual possa suprir as demandas que a conexão humana, real e intensa, agrega a cada indivíduo”, afirma.

A Realidade Virtual, por exemplo, vem sendo utilizada na Terapia Cognitivo-Comportamental como uma ferramenta auxiliar em intervenções já bem estabelecidas. Uma das principais formas de uso tem sido para auxiliar o paciente a enfrentar situações e objetos ansiogênicos, como parte da Terapia

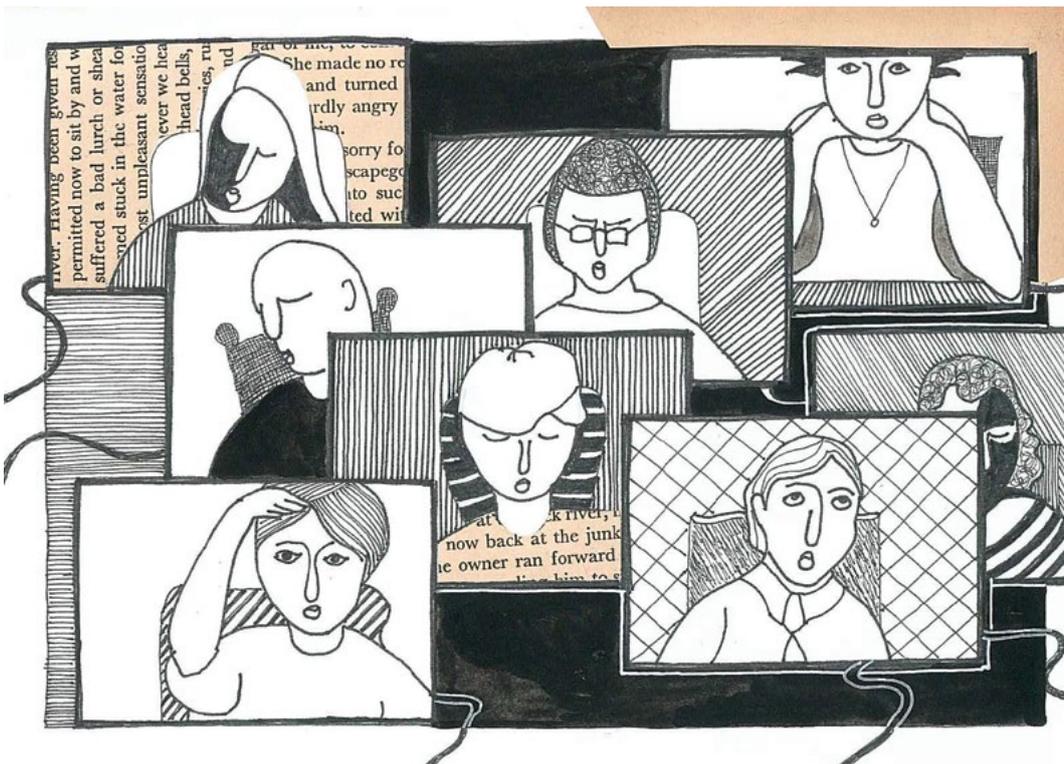
de Exposição. O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse (NEPTE) da PUCRS desenvolve **pesquisa** que utiliza um cenário virtual de uma agência bancária para tratar pessoas que foram vítimas de assalto a banco. “Nos transtornos de ansiedade e no transtorno de estresse pós-traumático, o tratamento mais eficaz envolve o paciente entrar em contato, de forma gradual e segura, com essas situações que lhe geram medo. Como em muitos casos não é viável retornar aos locais ou recriar as situações, a Realidade Virtual tornou-se uma alternativa”, explica o psicólogo **Marcelo Montagner Rigoli**, integrante do NEPTE. Outras condições que envolvem distorções da percepção (como anorexia) ou déficits na empatia (transtorno da personali-

dade antissocial) também vêm sendo tratadas com realidade virtual, em fase inicial de pesquisa.

Marcelo também já teve a oportunidade de dar continuidade, por algumas sessões, ao atendimento de pacientes que estiveram em viagens de intercâmbio ou haviam mudado de cidade. “Nessas situações, não apenas era o único profissional de saúde mental acessível para eles como, em alguns casos, uma das poucas fontes de apoio em um momento de grande mudança de vida”. Para ele, a relação terapeuta-paciente é um fator importante para o sucesso terapêutico e, por isso, é precioso avaliar o impacto do uso da internet nessa relação e, quando negativo, se é suficiente para inviabilizar o processo terapêutico.

A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Christian Haag Kristensen e liderada pelo Prof. Me. Márcio Barbosa.

Marcelo Montagner Rigoli – Psicólogo, mestre e doutorando em Cognição Humana pela PUCRS. É supervisor e colaborador no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse (NEPTE).



Divulgação de serviços pela internet

Letícia Giannechini – Psicóloga fiscal, coordenadora da Área Técnica do CRPRS, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

Com o objetivo de divulgar seus serviços, os/as psicólogos/as podem desenvolver sites, blogs ou criar páginas em redes sociais respeitando o que está previsto no Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a. “O artigo 20 trata especificamente sobre a promoção de serviços e as determinações previstas aqui valem para todos os tipos e meios de divulgações, inclusive para as que são feitas pela internet”, explica a coordenadora da Área Técnica do CRPRS, **Letícia Giannechini**.

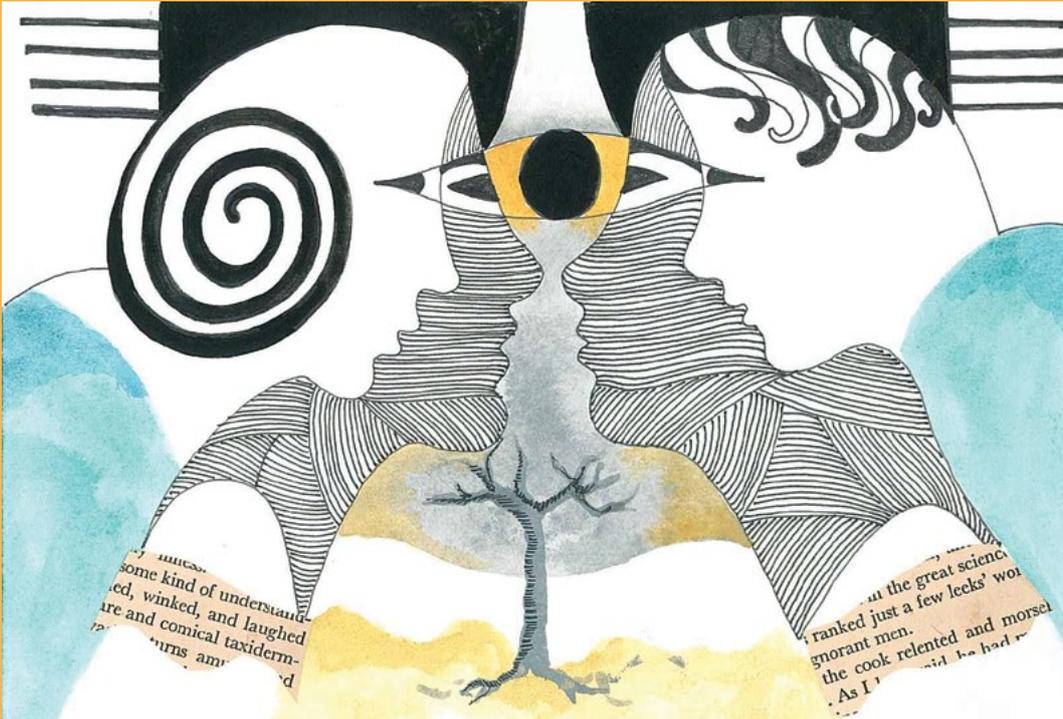
Na divulgação de seus serviços, o/a profissional não pode fazer referência a títulos e qualificações que não possua; divulgar qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que não estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão; ou fazer previsões taxativas de resultados. O Código de Ética orienta ainda

quanto à necessidade de clara identificação do/a profissional, incluindo número de registro no Conselho.

“Essas orientações são importantes para que as pessoas que buscam os serviços psicológicos tenham acesso à plena identificação do/a profissional que está se anunciando e de suas adequadas práticas, coibindo o exercício ilegal da profissão. É uma forma de proteção à profissão e de defesa da sociedade”, afirma Letícia.

Muitos questionamentos que chegam à Área Técnica estão associados ao surgimento das novas tecnologias. “Os/As psicólogos/as devem ter cuidado no uso de redes sociais, nunca utilizando imagens ou relatos de pacientes para promover seus serviços”. Além disso, o valor do serviço não deve ser divulgado como forma de propaganda ou em promoções ou sorteios de serviços psicológicos.

A Área Técnica do CRPRS está à disposição para esclarecer dúvidas dos/as profissionais pelo e-mail orientec@crprs.org.br, pelos telefones (51) 3334.6799 ou 0800.001.0707 ou, pessoalmente, na sede do CRPRS em Porto Alegre ou nos plantões de atendimento nas subsedes, realizados periodicamente.



A importância do atendimento presencial para a psicanálise é o tema deste artigo produzido pela psicóloga Diana Lichtenstein Corso especialmente para o EntreLinhas.

Cada tempo com a presença que precisa

A psicanálise é um encontro estranho, que viola todas as regras convencionais da etiqueta do convívio, mas ainda acima de tudo é um encontro. Os interlocutores falam muitas vezes sem olhar-se nos olhos, os silêncios são parte do diálogo, momentos em que alguém pode parar para pensar na presença do outro sem que isso gere maiores incômodos. Em um encontro social, se ficamos em silêncio, impactados pelo que dissemos ou escutamos, isso é no mínimo constrangedor, já em uma sessão analítica os momentos quietos fazem parte do ritmo do diálogo.

Esses momentos quietos não são tão comuns como se imagina no anedotário da psicanálise, onde se repre-

senta um analista mudo, olhando no relógio e tomando notas e um paciente falando meio sozinho. Embora não sejam a maior parte de uma psicanálise, faz parte poder estar juntos, escutando o ritmo da respiração e os barulhinhos do ambiente. É por isso que, mesmo quando uma psicanálise não está passando pelos seus momentos mais eloquentes, continua sendo um encontro, onde se suporta tanto o ritmo no qual um paciente consegue se expressar, quando o tempo necessário para que o analista diga algo que seja realmente interessante.

Nesses encontros, o simples fato de estar juntos, acompanhando-se, testemunhando-se, sentindo o aconchego

Diana Lichtenstein Corso –
Psicóloga,
psicanalista
membro
da APPOA
(Associação
Psicanalítica de
Porto Alegre).

reportagem principal

da rotina dos encontros, já produz efeitos terapêuticos. Por isso, acredito que o atendimento virtual, quer seja via imagem, para os pacientes que trabalham “cara a cara”, ou telefônica, para os trabalhos “de divã”, é viável apenas como uma continuidade do trabalho presencial, quando seu uso se faz necessário.

Sei que há colegas que já empreendem atendimentos que são quase totalmente virtuais, ou mesmo totalmente virtuais, mas não posso depor sobre isso por falta de vivência. Jamais comecei um trabalho assim, sem nunca ter me encontrado com o paciente em termos físicos, reais, só me ocorreu de empreender esse tipo de trabalho quando algum paciente precisa que nos encontremos e isso não é possível pela distância e algum impedimento para que ele se desloque. Já ocorreu por períodos da vida de algum paciente, que passou a morar longe ou que mora longe e não está conseguindo viajar, ou mesmo de forma alternada, também com pacientes e supervisionados que a distância física nos barra o encontro regular.

Outra modalidade de recurso à comunicação virtual é com os adolescentes que já estão em atendimento e que por vezes se atrapalham com os horários ou estão com dificuldades para sair de casa, nesses casos é preciso que a montanha vá até Maomé, buscando os meios possíveis, quer por telefonemas, com imagem ou sem, quer via mensagens trocadas com agilidade, para presentificar-se dentro do que eles estão podendo suportar. Não é raro que com os adultos, em determinadas fases ou momentos isso também

aconteça, às vezes uma sessão vira uma troca de mensagens.

Como sinto limitações nesses momentos, tanto para respirar o mesmo silêncio nos telefonemas ou sessões virtuais com imagens, quanto para fazer essas trocas de mensagem surtirem um efeito mais significativo, acabo considerando esses encontros virtuais um pouco menores do que os presenciais. Mas penso que aqui há algo de geração, em que me sinto em processo de ser talvez superada.

Houve épocas em que uma análise ocorria todos os dias, os pacientes de Freud mudavam-se para Viena e dedicavam-se às suas análises que eram mais curtas e intensas. Hoje um processo prolonga-se ao longo de mais tempo, numa rotina mais pausada, com intervalos maiores entre as sessões, não mais se suspende uma vida para pensá-la, agora vamos vivendo e tentando elaborar o que está nos ocorrendo ao mesmo tempo.

Se a experiência psicanalítica pôde modificar-se tanto assim, considerando também que para as novas gerações o espaço virtual não é sentido como algo assim tão diferente do presencial, não vejo por que considerar que a absorção do virtual ao *setting* analítico não acabaria sendo incorporada. É um exercício de futurologia, pensando na psicanálise sendo exercida entre gente nascida já em sua vigência, que sente-se mais cômoda no ambiente virtual do que eu. Para mim é algo menor, mas para estas novas gerações que têm seus telefones e computadores como espaços genuínos de encontro, veremos como será.



A importância da participação na efetivação das políticas públicas

A participação nos espaços de construção das políticas públicas tem sido um dos inúmeros desafios enfrentados pelos psicólogos e pelas psicólogas. A presença de *psis* nesses espaços de discussão e de controle social ainda é bastante modesta. Entretanto, esses são lugares onde os/as psicólogos/as têm muito a aprender e a contribuir, atuando de maneira implicada com a defesa dos direitos humanos.

Para que as ações do Estado garantam, de fato, esses direitos, elas precisam ser aprimoradas. Por isso, a participação da sociedade e de trabalhadores/as das diferentes políticas públicas é indispensável. A efetividade dessas políticas depende de que ocupemos os lugares de

participação e da forma como os ocupamos. Temos a opção de não participar, de não pensar sobre elas, de não opinar. Esse também é um posicionamento. Mas qualquer pequeno ou grande avanço tem a ver com uma ocupação ativa dos espaços de participação.

Os psicólogos e as psicólogas que participam de Conselhos de Políticas Públicas – e que o fazem defendendo políticas de Estado que atendam às demandas das camadas mais vulneráveis da população, além condições de trabalho adequadas para a prestação dos serviços – estão diante de uma tarefa difícil. Para fazer representação em um conselho, além de ser necessário adquirir novos conhecimentos, é essencial

Isadora J. Bento
– Psicóloga,
trabalhadora
e militante do
SUAS.

estar em diálogo com aqueles/aquelas que se representa. É preciso contar com a colaboração e o apoio de trabalhadores/as, usuários/as e pessoas que lutam por essas mesmas questões. Sem isso a participação se torna prejudicada, menos efetiva e solitária. Para constituir uma representação com diálogo e apoio é indispensável o fortalecimento de locais de discussão das políticas públicas. Esses espaços são múltiplos e o exercício do debate e da democracia precisa estar sempre presente.

Infelizmente, nossa realidade ainda é de falta de uma cultura participativa – que afeta não apenas os/as psicólogos/as, mas a sociedade de modo geral. A falta de envolvimento dificulta a participação democrática e o controle social efetivo, e, por outro lado, facilita a má gestão. Estamos vivendo tempos em que há séria ameaça de retrocesso nas políticas públicas e de perdas de direitos conquistados com muita luta. Ampliar a participação dos/as profissionais e dos/as usuários/as dos serviços se faz ainda mais importante para fazer a sua defesa.

Em minha experiência, a participação em espaços de debate iniciou quando comecei a atuar na política de assistência social, há quase sete anos. Nesse início de percurso, tinha impressão de ter “despencado” no campo da assistência social – sensação comum a muitos/as psicólogos/as que começam a atuar nela – por desconhecimento acerca dessa política na época. Além de estudar, busquei

espaços de troca de experiência. Na época, o CRPRS estava realizando os primeiros encontros da atividade “Conversando Sobre a Psicologia e o SUAS” e encontrei também o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS realizando suas primeiras reuniões. Foi essa troca que me fortaleceu para investir na construção de um fazer neste campo e fez também com que eu percebesse que as condições e as relações de trabalho possuem problemas muito sérios no SUAS que precisam de uma mobilização coletiva para serem enfrentados.

Os fóruns de trabalhadores do SUAS, apesar de serem um tipo de organização ainda recente, já realizaram muitas ações importantes. Além disso, vêm tendo um papel significativo através de tensionamentos e de discussões que antecederam a elaboração de normativas, conversando sobre a política de assistência social, as condições e as relações de trabalho, apoiando a organização de outros fóruns municipais, regionais e a participação em conselhos. E há muito mais o que fazer.

São muitos os desafios que se colocam para os espaços de participação democrática e de controle social. Por meio do envolvimento com a discussão, da troca de experiências e da organização podemos contribuir, enquanto psicólogos/as e enquanto cidadãos/cidadãs, para a construção de políticas públicas mais eficientes e de uma sociedade mais justa.

A Lei da Inclusão e a atuação dos/das profissionais da Psicologia na educação



A **Lei 13.146**, ou Lei da Inclusão, aprovada em 06 de julho de 2015, determinou inúmeros deveres do Estado e da sociedade com relação às pessoas que convivem com alguma deficiência. Após tramitar no Senado por 15 anos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como também é conhecido, entrou em vigor em janeiro de 2016 e beneficiou aproximadamente 45 milhões de brasileiros, que passaram a ter sua autonomia e direitos básicos reafirmados e garantidos. Em seu Artigo 1º, o documento afirma que se destina a “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social”.

A nova legislação traz garantias nas áreas da saúde, do trabalho, da moradia, da educação, entre outros. No que diz respeito à educação, a Lei estipula que cabe ao poder público assegurar o acesso e a permanência no sistema

educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. Estabelece, ainda, a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado e o fornecimento de profissionais para atuarem em conjunto com os educadores, além de proibir que escolas particulares cobrem mais por esses serviços.

No entanto, para além da Legislação, há muito ainda a ser feito para permitir a plena inclusão psicossocial de todos os indivíduos. Nesse sentido, psicólogos/as que atuam na área educacional buscam assegurar a inclusão e a experimentação plena da cidadania, já que, junto com a família, a escola é uma das principais instituições que atuam na formação dos sujeitos. Para a psicóloga **Mara Lago**, a Lei da Inclusão ratifica direitos já previstos na Constituição Federal: “Acredito que a mudança principal é a que assegura a condição de igualdade no que diz respeito aos di-



Disponível em <http://bit.ly/28Q19GM>.

Mara Lago
– Psicóloga, mestra em Educação pela UFRGS e doutora em Educação pela UFRJ. É coordenadora do Serviço de Atendimento em Educação Especial da Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre.

Andressa Andrioli da Rocha – Psicóloga, pós-graduada em Psicologia da Criança e do Adolescente pela Unisinos.



Vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social da Unisinos e desenvolve um trabalho de intervenção e pesquisa na área da educação há mais de 20 anos. Saiba mais em <http://bit.ly/28QpYQJ>.



PARTICIPE
Os Núcleos de Educação da Sede e da Subsede Serra se reúnem periodicamente para debater temas como a inclusão. Acompanhe agenda de reuniões em crprs.org.br/atividades e participe!

reitos que garantem a inclusão social e a cidadania. A legislação reafirma algo que já vínhamos fazendo, o que não significa que tenhamos alcançado a inclusão educacional plena”, avalia.

Coordenadora do serviço de Estimulação Precoce e Psicopedagogia Inicial, desenvolvido em escolas municipais de Porto Alegre, a psicóloga considera difícil medir o impacto da nova legislação na atuação dos/as profissionais da Psicologia, já que isso depende de como se dá a inserção dos/as psicólogos/as na área. No entanto, ela considera fundamental que os/as profissionais atuem no sentido de sensibilizar e instrumentalizar os docentes sobre o acolhimento dos estudantes e de suas famílias, de forma a atuarem em conjunto. Ela reitera, ainda, a necessidade de articulação conjunta de todas as partes envolvidas no processo para a eficaz inclusão dos alunos.

Em São Leopoldo, o **Programa de Educação e Ação Social (Educas)** atua com crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizado, que são encaminhadas das escolas da rede pública do município. De acordo com **Andressa Andrioli da Rocha**, psicóloga do Educas, o projeto é composto por profissionais da Psicologia, Pedagogia e Licenciaturas: “O programa é pautado na interdisciplinaridade e tem como objetivo promover a qualificação nos processos de ensino-aprendizagem”, comenta.

Para Andressa, o/a psicólogo/a que trabalha com educação precisa conside-

rar o conceito de inclusão numa perspectiva mais ampla, que envolva não só o sujeito que convive com alguma deficiência. “É importante perceber as potencialidades do/a aluno/a de inclusão, compreendendo, ainda, que a criança ou jovem apresentar alguma dificuldade de aprendizado pode ser algo transitório, que também é construído pelos espaços que ela circula. A diferença precisa ser encarada como possibilidade e como ponte para novas construções”, enfatiza.

Mara também concorda que o aprendizado dos/as alunos/as deve ser pensado para além do que é compreendido como uma limitação imposta pela deficiência. “De nada adianta estar preparado para receber um aluno com deficiência com base nas características genéricas atribuídas a ele porque cada pessoa terá um comportamento e necessidades diferentes. Além disso, é necessário conhecer e reconhecer as potencialidades dos alunos e não reforçar suas limitações”, acredita Mara.

Apesar disso, ela considera importante que se estabeleçam também recursos que auxiliem os estudantes a superarem suas limitações, que têm de ser aplicados a partir de uma avaliação que tenha como parâmetro as especificidades de cada aluno. “O grande desafio, atualmente, é trabalhar com níveis diferenciados de aprendizagem dentro da mesma turma. Isto exige um planejamento pedagógico diferenciado e muitas alternativas de atividades que devem ser construídas em conjunto”, pondera.

Psicologia, Dança e Câncer: da pesquisa à prática em um ensaio

Dois cursos de graduação simultâneos, dois paradigmas diferentes e complementares de pesquisa: Psicologia e Dança. Eu queria atuar nesta interface, onde ambas as forças distintas acabassem convergindo na direção da saúde, então busquei a referida formação. Embora seja um campo já conhecido em outros locais, ainda é um espaço a ser investido no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul.

A primeira pesquisa que fiz foi no curso de Psicologia, e tratava-se do resgate da feminilidade através da dança. A segunda aconteceu na graduação em Dança, e investigava a narcisização do corpo, produto da ditadura da beleza, através da dança. Um resumo foi apresentado na I Mostra Regional de Práticas em Psicologia – A Técnica Aliada à Arte, do CRPRS, e publicado na agenda e calendário de 2013 do Conselho.

Durante o mestrado, comecei a estudar câncer hereditário e participei, enquanto psicóloga, da análise qualitativa de uma pesquisa sobre dança para mulheres que tiveram câncer de mama. A pesquisa foi realizada por uma educadora física, mestrande do mesmo orientador da minha dissertação. Posteriormente, propus a ampliação do estudo através da realização de um projeto envolvendo a prática de dança para mulheres que tiveram ou estavam com qualquer tipo de câncer durante a intervenção. Os resultados positivos, tais como a diminuição da percepção de dor após a intervenção, inspiraram a criação da OncoDance.

A OncoDance é uma oficina de dança gratuita e sistemática para mulheres que

tiveram ou têm qualquer tipo de câncer. O trabalho é voluntário e começou em outubro de 2014, ocorrendo em espaços cedidos no município. A oficina não é e nem substitui a psicoterapia, mas pode ser uma atividade complementar ao tratamento convencional.

Utilizo o referencial da Psicologia para refletir acerca do que ocorre durante a oficina, bem como para planejar as ações. Por exemplo, podemos citar o Estágio do Espelho do Lacan como base para compreender o seguinte depoimento de uma das participantes: “Não tinha mais coragem de me olhar no espelho. O banho era um momento horrível. Grandes mechas de cabelo que saíam ao passar as mãos na cabeça, cicatrizes, dores, a sensação era a de que eu estava desmanchando. Então a OncoDance me possibilitou um outro olhar sobre mim mesma. Era possível este corpo, mesmo assim, ser organizado de um jeito bonito, ser valorizado em suas possibilidades. Os gestos aprendidos na dança trouxeram de volta a beleza, a suavidade, a feminilidade. O aplauso ilumina o meu corpo, me traz de volta à vida”. É possível perceber que a oficina de dança pode ser uma ferramenta capaz de auxiliar na unificação da imagem do corpo, outrora vivido como despedaçado. A percepção do olhar do Outro propicia uma nova perspectiva de si, ilumina e reestrutura.

Há inúmeras possibilidades para pesquisar e realizar ações com pessoas que tiveram ou têm câncer através das abordagens da Psicologia e da dança. Eu sigo fazendo os meus ensaios, e este foi um deles.



Cristina Soares Melnik
Mestre em Medicina:
Ciências Médicas,
Psicóloga, Licenciada
em Dança



PARTICIPE!

Você também quer compartilhar sua experiência como psicólogo/a? Envie um relato para imprensa@crprs.org.br destacando sua prática. Os textos serão avaliados pela Comissão Editorial do EntreLinhas e poderão ser publicados nas próximas edições do jornal.

Gestão Mobilização

Em setembro, a Gestão Mobilização encerra sua trajetória à frente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Foram três anos de debates e mobilizações pelo estado, fortalecendo a política de descentralização e ampliando a participação dos/as psicólogos/as que atuam em diferentes áreas da Psicologia. Nesta edição do EntreLinhas, apresentamos alguns temas e ações que tiveram destaque nesse período.

Luta Antimanicomial

http://bit.ly/orgulho_louco

Os últimos anos foram de resistência e luta contra retrocessos na saúde mental. A política de saúde mental adotada pelo estado com a nomeação do novo coordenador de Saúde Mental da Secretaria Estadual da Saúde, Luiz Carlos Illafont Coronel, mobilizou o CRPRS e militantes da luta antimanicomial na defesa do cuidado em liberdade. Manifestações em audiências públicas, eventos em praças, parques e ruas chamaram a atenção da sociedade para o tema.

http://bit.ly/encontro_gaucha

Em 2014 e 2015, Encontros Regionais e o Encontro Gaúcho de Militantes da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial discutiram sobre os desafios e as estratégias de atuação futuras, para garantir um cuidado em saúde mental de qualidade e realmente antimanicomial.

Em 2015, a **Parada Gaúcha do Orgulho Louco** foi instituída no calendário oficial de eventos do Rio Grande do Sul, após amplo debate que ganhou destaque na imprensa gaúcha. O CRPRS publicou manifesto defendendo a importância deste evento.

O Mental Tchê, evento realizado anualmente em São Lourenço do Sul, também contou com a participação do CRPRS em rodas sobre saúde mental, inclusão, diversidade e medicalização.



Em Brasília, o CRPRS participou do movimento “Ocupação Fora Valencius” contra a nomeação do psiquiatra Valencius Wurch como coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.



Assista ao Vídeo
Algumas Palavras -
Luta Antimanicomial
http://bit.ly/luta_antimanicomial

Relações com a Justiça

Com o objetivo de discutir e qualificar o fazer da Psicologia no âmbito da Justiça, o CRPRS promoveu diversos eventos nesses três anos. O projeto “Conversando sobre a psicologia e o SUAS” rodou o estado para tratar da questão de demandas do Sistema de Justiça aos/às psicólogos/as que trabalham na Assistência Social.



Em 2015, o CRPRS dedicou especial atenção às discussões sobre o projeto de lei de redução da maioria penal, promovendo eventos, participando de audiências públicas e realizando ações para mostrar por que a Psicologia é contra a proposta, como o vídeo da série Algumas Palavras.



Controle Social

Com o objetivo de qualificar e aproximar psicólogos/as representantes do Conselho no Controle Social, o CRPRS promoveu eventos, criou área no site específica e realizou diversas ações com esse objetivo.



E, para marcar o Dia do/a Psicólogo/a, o CRP promoveu **evento para discutir ética e liberdade**. A atividade debateu sobre avaliação psicológica e relações com a justiça.

Em 2016, o CRPRS constituiu Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas, vinculado à Comissão de Políticas Públicas, que reúne psicólogos/as que atuam no âmbito da socioeducação na proteção de crianças e adolescentes. Nele, são debatidos os desdobramentos da prática buscando a garantia dos direitos humanos, abrindo um espaço para o diálogo e para a produção de conhecimento sobre diferentes experiências e desafios vivenciados por esses profissionais.



<http://www.crprs.org.br/notareducao>

Assista ao Vídeo Algumas Palavras - Redução da Maioridade Penal
http://bit.ly/reducao_maioridade

http://bit.ly/meufazerpsi_etica_liberdade



http://bit.ly/AS_santa_maria

Assista ao Vídeo Algumas Palavras - Controle Social
http://bit.ly/video_controle_social

Sistema Prisional

O Núcleo do Sistema Prisional fortaleceu-se nesses três anos, acumulando conhecimento e produzindo conteúdo com o intuito de colaborar na construção de novas resoluções e diretrizes do CFP.

http://bit.ly/nota_tecnica_prisional

Em 2015, o Núcleo produziu **Nota Técnica** sobre o cuidado com a saúde das pessoas presas e sobre os modos de lidar com as demandas judiciais de avaliações psicológicas. Esse documento está servindo de referência para outros Regionais.

Nos últimos anos, o grupo dedicou-se ao debate sobre diferentes aspectos do sistema penitenciário, tanto em termos de diretrizes de trabalho dos/as psicólogos/as que atuam nesse âmbito, quanto a questões relativas a direitos e políticas voltadas à população encarcerada. O monitoramento eletrônico, a Justiça Restaurativa e a revisão da Lei de Execução Penal (LEP), por exemplo, foram



algumas das pautas discutidas pelo Núcleo.

Por meio do Núcleo do Sistema Prisional, o CRPRS passou a integrar o Fórum Interinstitucional Carcerário, formado por membros do Poder Judiciário Estadual, do MP, OAB, Defensoria Pública, PGE e Susepe. Esse é um espaço de interlocução permanente entre os participantes em busca de alternativas e soluções para o sistema carcerário. Nesse espaço, o CRPRS tem conseguido colocar em prática as ações previstas na orientação da categoria e no exercício profissional com vistas à garantia de direitos da população encarcerada.

Relações Raciais

<http://www.crprs.org.br/oracismotemdessascoisas>

O Núcleo de Relações Raciais, vinculado à Comissão de Direitos Humanos, foi constituído nesta gestão, ampliando os espaços de discussão sobre Psicologia e racismo. Rodas de conversa sobre o tema, representações em eventos nacionais.

Assista ao Vídeo
Algumas Palavras -
Relações Raciais
http://bit.ly/relacoes_raciais



http://bit.ly/seminario_DH

O tema Clínica, Relações Raciais e Laicidade foi destaque no **II Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos**, realizado em 2014.

http://bit.ly/seminario_NRR

Em 2015, durante o **1º Seminário do Núcleo de Relações Raciais** foi feito o

lançamento da campanha “O Racismo tem dessas coisas” que deu visibilidade a histórias reais de discriminação racial e convocou psicólogos/as a refletir sobre o racismo no processo de construção da subjetividade da população negra.



Nesse mesmo ano, o CRP promoveu, no Dia do Psicólogo/a, discussão sobre **Psicoterapia e Relações Raciais**, ampliando o debate sobre a subjetividade negra e o cuidado em saúde mental.

http://bit.ly/meufazerpsi_compartilhar_cuidado

Diversidade sexual e gênero

Ao longo desses três anos, eventos na sede e subseções discutiram sobre a Resolução do CFP nº 001/99, despatologização das identidades trans, aborto e violência contra mulheres, Estatuto do Nascituro, Estatuto da Família e discussões sobre gênero nas escolas. Homens e mulheres transexuais se envolveram em diversas atividades do CRP. A relação entre psicologia, gênero e laicidade e entre relações raciais e feminino também foram temas abordados em eventos na sede e subseções.



Desde outubro de 2014, a questão da perspectiva de gênero na comunicação foi contemplada com a adoção do “/a”, destacando o artigo feminino em posição de igualdade, em todos os textos e documentos produzidos pelo CRP.

No final de 2014, o CRPRS passou a ocupar cadeira no Conselho Estadual LGBT. Em 2015, o CRPRS posicionou-se contra a proposta de excluir a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual dos planos municipais e estaduais de educação publicando **manifesto**.

A 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizada em Santana do Livramento, contou com a participação de representantes do Conselho de todo o estado. Representantes do Conselho participaram da 2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT.



Na **série de vídeos “Algumas Palavras”**, o tema gênero foi abordado, destacando o compromisso social da Psicologia em promover discursos que questionem a ordem dominante e opressora, identificando e desconstruindo estruturas e práticas que sustentam o sexismo.

Assista ao Vídeo
Algumas Palavras
- Gênero
[http://bit.ly/
algumas_palavras_
genero](http://bit.ly/algumas_palavras_genero)

[http://bit.ly/
igualdade_genero](http://bit.ly/igualdade_genero)

[http://bit.ly/video_
genero](http://bit.ly/video_genero)

Violência nos territórios

Preocupado com os diversos eventos violentos que têm ocorrido nas cidades, trazendo efeitos importantes no trabalho cotidiano dos/as psicólogos/as e outros trabalhadores nas políticas públicas, em 2016, a Comissão de Políticas Públicas se dedicou a esse tema.

Foram promovidos encontros e evento reunindo profissionais que atuam nas políticas públicas de base territorial, na saúde, na educação e na assistência social,



para iniciar a construção de ações estratégicas de enfrentamento.

[http://bit.ly/
violencia_
territorios](http://bit.ly/violencia_territorios)

Laicidade

http://bit.ly/laicidade_eleicoes

Assista ao Vídeo
Algumas Palavras -
Laicidade e
Psicologia
http://bit.ly/video_laicidade

Em 2014, o CRPRS publicou **carta** do Sistema Conselhos de Psicologia à população brasileira sobre Psicologia, laicidade e discurso religioso nas Eleições. No documento, reafirmou o compromisso da Psicologia com a democracia e seu posicionamento frente à consolidação do Estado Laico, manifestando preocupação acerca do uso indiscriminado do discurso religioso na política.

Neste mesmo ano, o Conselho participou do **Seminário Nacional do Movimento Estratégico pelo Estado Laico**, organizado por um coletivo horizontal de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, organizações religiosas e outros atores sociais que reconhecem a laicidade do Estado como um elemento fundamental para assegurar a efetivação dos direitos humanos e o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

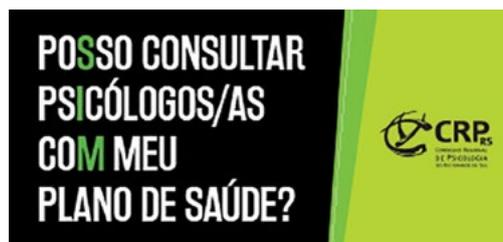
Saúde Suplementar



<http://www.crprs.org.br/saudesuplementar>

Assista ao Vídeo
Algumas Palavras -
Psicoterapia
http://bit.ly/video_psicoterapia

Após realizar eventos e pesquisa sobre a relação entre psicólogos/as, usuários/as e planos de saúde, o CRPRS lançou campanha em rádios e nos veículos de comunicação do Conselho sobre Saúde Suplementar. A campanha informativa, voltada à sociedade e aos/as psicólogos que prestam atendimentos clínicos por meio de planos de saúde, apresentou perguntas e respostas que esclarecem dúvidas sobre atendimento psicológico e saúde suplementar. A iniciativa foi da



Comissão de Psicoterapia que também discutiu, em 2014, sobre a amplitude das práticas clínicas, no contexto de atuação da categoria no SUS.

Descentralização

Com o objetivo de descentralizar suas ações, a gestão Mobilização propôs a criação da Comissão de Descentralização que, inicialmente, dedicou-se a avaliar e reestruturar a Subsede Sul, em Pelotas, realizando consulta pública com psicólogos/as da região e inaugurando nova sala na cidade.

A Comissão organizou plenárias ampliadas na sede e nas subsedes, abertas a participação de toda categoria. E ampliou os canais de comunicação da categoria e sociedade com Conselho, com o lançamento do serviço gratuito de atendimento via telefone através de linha 0800 e o serviço de Ouvidoria.



Além disso, novos Grupos de Trabalho e Núcleo foram organizados, como a criação do GT São Borja e do Núcleo do Sistema Prisional em Passo Fundo e o trabalho das subsedes foi fortalecido.

Trabalho e Organizações



O CRPRS dedicou especial atenção ao tema da Psicologia, Trabalho e Organizações. Na sede, o GT Psicologia, Trabalho e Organizações passou a se reunir mensalmente e organizou eventos para ampliar o debate sobre assuntos relacionados a essa área.

Na Serra, o Conselho foi parceiro na organização de duas edições do Seminário Meu Trabalho Está me Enlouquecendo.

Assista aos vídeos
http://bit.ly/II_Seminario_Trabalho

http://bit.ly/II_Seminario_Trabalho

Inclusão

O Núcleo de Educação, ligado à Comissão de Políticas Públicas, ampliou o debate sobre o tema da inclusão, discutindo sobre avaliação psicológica e novas legislações na área em eventos pelo estado.

Desde 2015, o Conselho passou a compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE), possibilitando o aprofundamento do diálogo e da construção democrática de políticas públicas nesse campo.



Assista ao Vídeo
Algumas Palavras -
Inclusão
http://bit.ly/video_inclusao

Em parceria com a Comissão de Avaliação Psicológica, realizou evento para discutir sobre corte etário na educação.

Orientações à categoria

Nessa gestão, teve início o projeto “Conversando com a Comissão de Ética”, com o objetivo de orientar psicólogos/as sobre os temas que têm sido objeto de discussão na comissão. Eventos de orientação sobre produção de documentos psicológicos foram realizados em seis cidades do estado. O projeto deve ser ampliado, abordando novas temáticas e estendendo-se a outros locais.

A iniciativa da Comissão de Ética busca aproximar o/a profissional do Conselho e, com isso, poder orientar a atuação da/o psicólogo/a de acordo com os parâmetros da profissão, considerando a necessidade de dialogar com a categoria e de realizar ações que qualifiquem o trabalho prestado à sociedade.

Com esse mesmo objetivo, a Comissão de Orientação e Fiscalização ampliou o debate sobre o uso da internet na atividade profissional do/a psicólogo/a. Eventos de

orientação foram realizados para esclarecer e orientar psicólogos/as sobre questões éticas relativas ao atendimento psicológico por meios de comunicação à distância, diferenças entre psicoterapia e orientação psicológica online e uso da internet para divulgação de serviços psicológicos.



Controle Social



O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) fomentam a participação dos/as psicólogos/as nas instâncias de controle social. O CRPRS vem enfrentando o desafio de aumentar a sua participação nos espaços de controle social, na mesma proporção em que expande seu apoio aos/às psicólogos/as que atuam nos diversos Conselhos do estado. Desde agosto de 2014, estamos desenvolvendo ações técnicas, políticas e administrativas com o objetivo de qualificar a relação dos/as psicólogos/as representantes com o CRPRS; a relação do CRPRS com os Conselhos; e a relação dos/das representantes com os Conselhos.

Enquanto executávamos as ações mencionadas, foi se evidenciando que, em função da dinamicidade característica do funcionamento dos Conselhos, e mesmo em função da mudança no ritmo de vida dos/as represen-

tes, muitos dos indivíduos que havíamos indicado como nossos representantes, já não estavam atuando como tal. Em janeiro de 2016, após uma avaliação criteriosa das ações realizadas no ano anterior, decidiu-se informar aos Conselhos de direitos cujos/as representantes não conseguiram aderir às ações de qualificação propostas que aqueles/as profissionais não representavam mais o CRPRS, junto àquelas instâncias. Isso aconteceu porque compreende-se que, quando o CRPRS não acompanha as atividades do/da representante, produz-se um prejuízo para ambas as partes já que o/a representante fica sem amparo para posicionar-se frente a questões debatidas, enquanto o CRPRS perde a capacidade de atualizá-lo sobre os posicionamentos prioritários a serem trabalhados nos espaços de controle social naquele momento.

Como produto final desse movimento, mantivemos

representantes nos espaços de controle social em Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Jacutinga, Lajeado, Nova Araçá, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, Santa Maria, São Borja e Venâncio Aires. Informações detalhadas sobre esses/essas representantes, bem como, materiais de apoio e cadastramento dos/das psicólogos/as interessados/as em atuar como representantes podem ser encontradas em <http://crprs.org.br/controlesocial> – acesse e entenda com mais detalhe essas ações. Caso precise de esclarecimentos, escreva para crepop@crprs.org.br.

André Sales

Assessor Técnico de Políticas Públicas – CREPOP

Cristiane Pegoraro e Alexandra

Maria Ximendes

Conselheiras CRPRS

É possível realizar atendimento domiciliar?

O atendimento psicológico domiciliar não é vedado aos/às profissionais psicólogos/as; entretanto, encontra-se condicionado à existência de uma indicação técnica que o justifique. Situações específicas, como incapacidade temporária ou permanente de locomoção, patologias e doenças terminais, podem ser avaliadas pelo/a psicólogo/a como necessidade de intervenção a domicílio.

Havendo indicação técnica para a prática do *home care*, alguns cuidados devem ser tomados pelo/a psicólogo/a. Primeiramente, ele deve se certificar da expressa vontade do/da paciente ou de seu/sua tutor/a legal quanto a este atendimento. Deve, ainda, zelar pela observância de todos os princípios previstos no Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a, como a preservação do sigilo e da confidencialidade (Art. 9º) e a garantia da qualidade dos serviços prestados, em condições dignas e apropriadas à natureza destes serviços (Art. 1º, alínea “c”).

Ao/À psicólogo/a é vedado estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro/a, que tenha vínculo com o/a atendido/a, relação que venha a interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado (Art. 2º, alínea “j”). No atendimento domiciliar, o/a psicólogo/a pode ter contato com uma série de informações sobre o/a pacien-

te que não sejam obtidas a partir de suas falas, mas de observações do seu ambiente residencial ou mesmo de relatos de terceiros/as. Cabe ao/à profissional demarcar seu espaço e o limite de suas intervenções, atentando para que não seja violada a intimidade da pessoa atendida e para que os dados a que tenha acesso sejam analisados criticamente. Podem ser feitas neste contexto, assim como na clínica tradicional, orientações aos familiares do/da paciente; no entanto, devido às suas particularidades, o/a psicólogo/a deve cuidar para não se envolver em questões domésticas e relacionais que extrapolem os objetivos de seu trabalho.

Quanto à prática das visitas domiciliares, corrente no campo das políticas públicas, mantêm-se as mesmas recomendações: havendo indicação técnica para a sua realização, em contextos de atuação nos quais o território da família/comunidade é entendido como *setting* de intervenção, o/a psicólogo deve assegurar que todos os princípios éticos da profissão sejam respeitados.

ÁREA TÉCNICA

Leticia Giannchini – Coordenação

Adriana Dal Orsoletta – Psicóloga Fiscal

Flávia Cardozo de Mattos – Psicóloga Fiscal

Lúcia Regina Cogo – Psicóloga Fiscal

Lucio Fernando Garcia – Psicólogo Fiscal



agenda

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

[] ausente [] endereço insuficiente
 [] falecido [] não existe o número indicado
 [] recusado [] desconhecido
 [] não procurado [] inf. porteiro/síndico
 [] mudou-se [] outros (especificar)

/ /

data

rubrica do responsável

VISTO

Cursos

A Clínica Infantil em Gestalt Terapêutica - Teoria e Prática
 29 e 30/07, 26 e 27/08, 23 e 24/09, 21 e 22/10 e 25 e 26/11/2016 – Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 9195-7557
 claudiatessari@gmail.com
 http://www.recriar.net.br

Alienação Parental - Aspectos Psicojurídicos
 12/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 projecto@terra.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

Atendimento Psicológico nas Empresas
 01/09/2016 – Porto Alegre/RS
 (51) 3350-5042
 Informações: cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Capacitação em Avaliação Psicológica para Porte de Arma
 12/08 a 09/12/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Capacitação em Avaliação Psicológica para Porte de Arma - 80h
 12/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Capacitação em Psicologia em Especialidades Médicas
 Novas turmas todas as segundas-feiras – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3359-8507
 l-piccappsicologiahospitalar@hcpa.edu.br
 http://www.hcpa.edu.br

Certificação para Coach Cogmed
 26/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 projecto@terra.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

Cine Itipoa - A Clínica em Cena
 01, 15 e 29/10/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311-3008
 itipoa@itipoa.com.br
 http://www.itipoa.com.br

Contribuições de Donald Meltzer à Psicanálise Contemporânea
 03, 10 e 17/10/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311-3008
 itipoa@itipoa.com.br
 http://www.itipoa.com.br

Curso T.R.I. Terapia de Reciclagem Infantil
 (com Renato e Marina Caminha)
 11 e 12/11/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Curso via internet grátis: Introdução Acompanhamento Terapêutico (AT)
 Sob demanda, início a partir de 08/05/2016 – Via internet
 Informações: (51) 9506-0347
 sac@portaldr.com
 http://cursoat.portaldr.com

Elaboração de Laudo e Parecer Psicológico
 16/09/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Especialização em Avaliação e Diagnóstico Psicológico
 Início em julho de 2016 – Porto Alegre / RS
 Informações: (51) 3232-1800
 negocios.poa@imed.edu.br
 http://www.pos.imed.edu.br/cursos

Especialização em Psicologia Hospitalar
 Início em 06/08/2016 (Módulo I) – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Especialização em Psicologia Jurídica
 Início em setembro de 2016 – Porto Alegre / RS
 Informações: (51) 3232-1800
 negocios.poa@imed.edu.br
 http://www.pos.imed.edu.br/cursos

Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
 2º semestre 2016 – Novo Hamburgo / RS
 Informações: (51) 3581-4055
 contato@ipsi.com.br
 http://ipsi.com.br

Especialização em Terapias Cognitivas
 Início 2º semestre/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3333-2123
 neapterapiascognitivas@neapc.com.br
 http://www.neapc.com.br

Especialização ou Formação em Terapias Cognitivo-Comportamentais na Infância e Adolescência
 Início em 13/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3022-6009
 curso.intcc@gmail.com
 http://www.intcc.com.br

Formação em Psicologia Hospitalar
 Início em 13/08/2016 (Módulo I) – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Olhando o bebê através da mãe: o que envolve este encontro?
 20/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311-3008
 itipoa@itipoa.com.br
 http://www.itipoa.com.br

Pós-graduação Mediação Conciliação e Arbitragem
 05/08/2016 a 20/09/2016 – Canoas/RS
 Informações: (51) 3051-4926
 imepp@imepp.com.br
 http://www.imepp.com.br

Psico-Oncologia
 20/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3350-5042
 cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
 http://www.nucleomedicopsicologico.com.br

Técnica de Psicoterapia Psicanalítica para Iniciantes
 05/09 a 07/11/2016 (Segundas-feiras) – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311-3008
 itipoa@itipoa.com.br
 http://www.itipoa.com.br

Teoria Psicanalítica e a Clínica Psicoterápica
 Inscrições até 15/08/2016 – Porto Alegre / RS
 Informações: (51) 9431-9623
 deboranana@hotmail.com
 http://www.contemporaneo.org.br

Teste de Zulliger - Sistema Compreensivo (Aplicação Individual)
 18 e 19/09/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 projecto@terra.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

Teste HTP (Casa-Árvore-Pessoa)
 26/09/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 projecto@terra.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

WISC IV - Módulo Básico
 20/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 nicole.marketing@projecto-psi.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

WISC IV - Módulo Básico
 17/09/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 nicole.marketing@projecto-psi.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

WISC IV Ênfase em Avaliação Neuropsicológica - Módulo Avançado
 17/09/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330-4000
 nicole.marketing@projecto-psi.com.br
 http://www.projecto-psi.com.br

Conferências, Encontros, Jornadas e Simpósios

21ª Conferência do Conselho Internacional sobre Alcool, Drogas e Segurança no Trânsito
 16 a 19/10/2016 – Gramado/RS
 Informações: (51) 3076-7002
 icadts2016@tribecaeventos.com.br
 http://www.t2016.org

XI Encontro Brasileiro sobre o Pensamento de Winnicott
 29 e 30/09 e 01/10/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 9701-0106
 bbbf2003@yahoo.com.br
 http://Seminarioswinicott.com

XXV Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental
 06/09 a 10/09/2016 – Foz do Iguaçu/PR
 Informações: (11) 3675-2325
 comunicacao@abpmc.org.br
 http://encontroabpmc2016.com.br/

Jornada A vincularidade atual: suas repercussões nas relações contemporâneas
 21/10/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3019-5340
 ensino@contemporaneo.org.br
 http://www.contemporaneo.org.br

XIX Jornada do Esipp: Inquietações na psicoterapia psicanalítica
 19 e 20/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3209-6524
 esipp@esipp.com.br
 http://www.esipp.com.br

XX Jornada Científica do CEPdePA e XII Feira do Livro Psicanalítico
 20, 21 e 22/10/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3222-3900
 cepdepa@cepdepa.com.br
 http://www.cepdepa.com.br

2º Simpósio Brasileiro de Terapia do Esquema
 26 e 27/08/2016 – Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3332-3249
 daniela.lumertz@wainerpologia.com.br
 http://www.simposio-wainerpologia.com.br

Grupos de Estudo

Grupo de Estudos Introdutórios em Psicologia Humanista - Abordagem Centrada na Pessoa (ACP)
 Abril a Dezembro de 2016 – Novo Hamburgo/RS
 Informações: (51) 3527-4816
 nina@agaph.com.br
 http://www.agaph.com.br

Grupo de Estudos Winnicott
 Início em março de 2016 – Novo Hamburgo/RS
 Informações: (51) 3581-4055
 contato@ipsi.com.br
 http://ipsi.com.br

Introdução aos Conceitos Freudianos
 04/08 a 15/12/2016 (Quintas-feiras)
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311-3008
 itipoa@itipoa.com.br